

QUEM SÃO E ONDE ESTÃO OS DOUTORES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

WHO AND WHERE ARE THE PHD'S IN REGIONAL DEVELOPMENT?

¿QUIÉNES SON Y DÓNDE ESTÁN LOS DOCTORES DEL DESARROLLO REGIONAL?

Rodrigo Prante Dill¹
Sergio Luis Allebrandt²
Argemiro Luis Brum³

RESUMO

Este estudo desenvolve-se dentro de um quadro de contínuo crescimento e consolidação da pós-graduação no Brasil, focado em uma área específica, o Desenvolvimento Regional, e, nela, os seus egressos. O objetivo central foi identificar quem são e onde profissionalmente atuam os doutores em desenvolvimento regional. A pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, coletou dados entre 2005 e 2020 nas plataformas Lattes, Sucupira e nos sites dos PPGs *stricto sensu* de Desenvolvimento Regional. Os resultados mostram que desde a primeira tese defendida em 2005, duzentos e setenta e um doutores foram titulados até o final do ano de 2020. Constatou-se a predominância de pessoas nascidas no Brasil, do gênero masculino, graduados em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, mestres em Desenvolvimento, Administração e Economia. No que tange à inserção profissional, 74,9% possuem vínculo profissional ativo, 42,4% atuam em entidades públicas e 65,6% em instituições de ensino superior. Em termos de localização geográfica, 61,2% exercem atividades laborais em quatro Estados e 64,1% em duas regiões brasileiras. Concluiu-se que a obtenção do título de doutor possibilitou a inserção dos egressos no mercado de trabalho, principalmente no ensino superior, e verificou-se forte contribuição dos PPGs na formação de docentes pesquisadores.

Palavras-chave: Egressos. Inserção profissional. Ensino superior.

¹Doutorando em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNIJUI; Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo/RS. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: rodrigo.dill@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2598-9041>.

²Doutor em Economia Internacional pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), UNIJUI. Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>.

³Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq; Professor Titular e Coordenador do PPGDR/UNIJUI; Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC); Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC (2010). UNIJUI. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: allebr@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2590-6226>.

ABSTRACT

This study is developed within a framework of continuous growth and consolidation of postgraduate in Brazil, focusing on a specific area, Regional Development and its PhDs. The objective was to identify who and where PHDs in regional development work professionally. The descriptive research with a quantitative approach, collected data between 2005 and 2020 on the platforms Lattes, Sucupira and on the websites of PPGs stricto sensu of Regional Development. The results show that since the first thesis defended in 2005, two hundred and seventy-one PhDs have been titled by the end of 2020. There was a predominance of people born in Brazil, male, graduated in Administration, Economic Sciences and Accounting Sciences, masters in Development, Administration and Economics. Regarding professional insertion, 74.9% have an active professional bond, 42.4% work in public employee and 65.6% in higher education institutions. In terms of geographic location, 61.2% work in four states and 64.1% in two Brazilian regions. It was concluded that obtaining the title of doctor made it possible for PhDs to enter the job market, especially in higher education, and there was a strong contribution of the programs in the training of research professors.

Keywords: Graduates. Professional insertion. University education.

RESUMEN

Este estudio se desarrolla en un marco de continuo crecimiento y consolidación del posgrado en Brasil, centrándose en un área específica, el Desarrollo Regional y sus egresados. El objetivo fue identificar quiénes y dónde trabajan profesionalmente los doctores en desarrollo regional. La investigación descriptiva con enfoque cuantitativo, recopiló datos entre 2005 y 2020 en las plataformas Lattes, Sucupira y en los sitios web de los PPG stricto sensu de Desarrollo Regional. Los resultados muestran que desde la primera tesis defendida en 2005, se han titulado doscientos setenta y un doctores al final de 2020. Hubo un predominio de personas nacidas en Brasil, hombres, graduados en Administración, Ciencias Económicas y Ciencias Contables, Maestría en Desarrollo, Administración y Economía. En cuanto a la inserción profesional, el 74,9 % tiene vínculo profesional activo, el 42,4 % trabaja en funcionario público y el 65,6 % en instituciones de educación superior. En cuanto a la ubicación geográfica, el 61,2% trabaja en cuatro estados y el 64,1% en dos regiones brasileñas. Se concluyó que la obtención del título de doctor posibilitó la inserción de los egresados en el mercado laboral, especialmente en la educación superior, y hubo una fuerte contribución de los programas en la formación de profesores investigadores.

Palavras clave: Graduados. Inserción profesional. Enseñanza superior.

Como citar este artigo: DILL, Rodrigo Prante; ALLEBRANDT, Sergio Luis; BRUM, Argemiro Luis. Quem são e onde estão os doutores em desenvolvimento regional?. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, ed. esp., p. 281-301, 18 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13ied.esp..4250>.

Artigo recebido em: 18/04/2022

Artigo aprovado em: 26/07/2022

Artigo publicado em: 18/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES), criada em 1951, teve papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, ao iniciar, em 1953, o Programa Universitário. Ele proporcionava a contratação de professores visitantes estrangeiros, atividades de intercâmbio, concessão de bolsas de estudos e eventos científicos em diversas áreas. Em 1996 existiam 67.820 alunos da pós-graduação no país, sendo 45.622 de mestrado e 22.198 de doutorado (CAPES, 2021). Atualmente, segundo dados de 2020, última atualização do Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES), são 305.647 estudantes, sendo 136.194 de mestrado acadêmico, 44.168 de mestrado profissional, 124.530 de doutorado e 755 de doutorado profissional, distribuídos em 4.570 cursos/programas *stricto sensu* nas diferentes áreas.

Neste cenário, o campo de estudo do Desenvolvimento Regional, caracterizado no subcampo Desenvolvimento Regional, da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que, como estabelece a CAPES, integra as chamadas Ciências Sociais Aplicadas, por sua vez, também acompanhou essa expansão. Conforme descrito por Theis (2019) em seu estudo, ao lembrar que em 1970 existiam apenas dois Programas de Pós-Graduação (PPG) em Planejamento Urbano e Regional no Brasil e, que na avaliação realizada em 2017 computavam-se quarenta e oito PPGs na grande área Planejamento Urbano e Regional/Demografia, sendo que a subárea Desenvolvimento Regional abarcava dezoito PPGs acadêmicos.

Entende-se desenvolvimento o fato de um país ou região melhorar a qualidade de vida de seus habitantes nas diferentes áreas, especialmente economia, educação, saúde e bem-estar social em geral. Portanto, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, embora aquele necessite deste para melhor se estabelecer.

Segundo Silva, Nelson e Silva (2018), na história recente da humanidade o conceito de desenvolvimento evoluiu em três fases. Entre o início da Revolução Industrial e o final dos anos 1970, o mesmo se traduzia justamente pelo fato de ser visto como um sinônimo de crescimento econômico. Ou seja, um país seria desenvolvido na medida em que apresentasse crescimento econômico, particularmente pela ação da industrialização. Com o tempo, nota-se que muitos países, mesmo tendo importante crescimento e industrialização, não alcançam o desenvolvimento. Dentre eles, inclusive, está o Brasil e muitas de suas regiões. Assim, a partir dos anos de 1980 o conceito de sustentabilidade se adicionou ao do desenvolvimento. Um país seria desenvolvido, além do crescimento econômico via industrialização, se avançasse temporalmente na conquista do bem-estar social geral ao longo dos anos. Ou seja, mantivesse uma constante na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Somou-se a isso, em particular, a lógica ambiental. Para ser desenvolvido, o país ou a região igualmente precisaria respeitar o meio ambiente a fim de deixar às gerações futuras as condições para elas reproduzirem o modelo de crescimento e desenvolvimento econômico conquistado pelas gerações atuais. Esta ideia, embora continue presente no debate internacional atual, viveu seu auge até o início dos anos 2000. A partir de então, com a obra de Sen (2000), o mundo agrega ao conceito um novo elemento: um país somente é desenvolvido, de fato, se existe liberdade e igualdade entre seus cidadãos, onde os mesmos possam se expressar com respeito a todos, tenham os mesmos direitos e deveres, sejam aceitos tanto em gênero, quanto em raça, religião e outras diferenças culturais.

Hoje, estudar o desenvolvimento, passa por entendê-lo dentro deste contexto evolutivo, além de sua essência básica centrada no melhor bem-estar geral dos cidadãos, tanto de uma região quanto de um país.

Desde a criação do primeiro curso/programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional na universidade de Santa Cruz do Sul o número de estudantes e de cursos cresceu sistematicamente, também houve uma desconcentração da oferta desses cursos, tanto em termos de presença nas diferentes regiões geográficas como em termos de diversidade das instituições que passaram a oferecer esse nível de formação. Nesse processo de expansão também cresceu o número de mestres e doutores titulados, de forma a retroalimentar a própria dinâmica de formação de quadros pós-graduados para o mercado de trabalho em geral e, de modo particular, para a melhor qualificação do quadro docente no ensino superior.

Estudos dedicados em analisar os egressos de programas *stricto sensu* em diferentes áreas do conhecimento foram objeto de pesquisas internacionais (BIN, 2016; CASEY, 2009; CONNOR; BROWN, 2009; ROBELO; TIRADO, 2011) e nacionais (LORDELO; VERHINE, 2001; VELLOSO, 2004; RIBEIRO; CUNHA, 2010; ZAIDAN, 2011; ESTEVAM; GUIMARÃES, 2011; OLIVEIRA, 2014; GUTIÉRREZ et al., 2019; CHARLES, 2020). Mesmo diante do aumento do número de pós-graduações e de titulados em Desenvolvimento Regional, não foi encontrado nenhum estudo em amplitude nacional dedicado aos egressos. Assim, o objetivo deste trabalho foi o de identificar o perfil, a inserção profissional e a contribuição dos programas *stricto sensu* de Desenvolvimento Regional em nível de doutorado na formação de docentes pesquisadores para atuar em instituições de ensino superior brasileiras.

O artigo está dividido em cinco seções principais, a primeira delas sendo a introdução. A seção seguinte apresenta a revisão de literatura. Em seguida, descreve-se o processo metodológico do estudo. Na quarta sessão a análise resultados. Por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção aborda-se o desenvolvimento e o desenvolvimento regional para contextualizar o estudo, na sequência a pós-graduação brasileira é apresentada, bem como estudos que se interessam por egressos titulados nos distintos programas de pós-graduação *stricto sensu* em diferentes áreas do conhecimento.

2.1 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Segundo Silva, Nelson e Silva (2018), durante muito tempo, a noção de “desenvolvimento” foi vista como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de tecnologia. A mesma era concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade. Citam os autores que essa ideia é concebida na modernidade a partir da Teoria do Liberalismo Clássico, de Adam Smith, sendo enfocada na categoria do acúmulo de excedente de capital, que se aprofundou no século 19 pelas teorias de David Ricardo e Karl Marx. Nesse período, a discussão em torno dos tipos de desenvolvimento não se constituía um problema

central nas análises dos cientistas sociais, ou mesmo dos governos e partidos ou agrupamentos políticos. O grande debate dava-se em torno das nações desenvolvidas e não desenvolvidas, e de quais estratégias adotar para promover o desenvolvimento. Assim, os países passaram a ser classificados em desenvolvidos, subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento. Tal classificação baseava-se em indicadores econômicos, segundo os quais desenvolver um país significava industrializar, instituindo uma economia de mercado que incluísse a maior parte da população. As derivações dessa noção de desenvolvimento (central ou periférico, primeiro mundo ou terceiro mundo, avançado ou atrasado) buscavam estabelecer uma hierarquia entre os países. Essa hierarquização reforçava a crença de que o futuro seria melhor do que o presente e do que o passado. Isso se daria por intermédio de uma série de melhoramentos e inovações realizadas pelo homem. Essas ideias eram funcionais à crença de que há um ponto desejável de desenvolvimento que pode ser alcançado por qualquer nação (RIBEIRO, 1992, apud SILVA, NELSON; SILVA, 2018). Desse modo, o termo desenvolvimento, sob hegemonia do pensamento economicista, assume rapidamente a conotação de um estado positivo e desejável. Essa visão do desenvolvimento como um processo evolutivo, alicerçada na ideia de progresso, o qual parte de um estágio inferior para um superior, é reforçada por Rostow (1961, apud SILVA; NELSON; SILVA, 2018), cujas principais teses afirmam que o curso dos eventos históricos constitui uma série linear, em que cada termo da série efetua um incremento de valor em relação ao precedente, sendo qualquer regressão apenas aparente, constituindo-se condição de um progresso maior.

A partir dos anos de 1970, este conceito de desenvolvimento foi sendo substituído pela noção de desenvolvimento sustentável. Segundo Silva, Nelson e Silva (2018), o mesmo emerge com a compreensão/ percepção da finitude dos recursos naturais e da inviabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países. Tal modelo tinha como pressuposto a industrialização, o crescimento econômico e o avanço da ciência, conforme discutido no item anterior. A crise desse modelo, em que desenvolvimento e crescimento econômico aparecem como sinônimos, se inicia com os questionamentos em relação à capacidade de autorregulação da natureza e da inesgotabilidade dos recursos naturais, provocados, dentre outros fatores, pela crise mundial do petróleo em 1973 e pelo surgimento do movimento ambientalista, os quais foram fundamentais para alertar o mundo de que os recursos naturais não são inesgotáveis.

Entretanto, a concepção de desenvolvimento sustentável não fica isenta de críticas. De fato, percebe-se, após os anos 2000, que a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável ganhou contornos relativos às mudanças climáticas. É importante reconhecer, no entanto, que essa questão não está desvinculada dos níveis de consumo e produção de que trata o escopo conceitual do Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, surge a crença de que novas tecnologias “mais limpas” podem resolver os problemas sociais e ambientais, sem levar em consideração questões como a crescente concentração de renda em todo o mundo, o aumento generalizado do consumo de matéria e energia e a ameaça inerente que é o atual sistema capitalista (MARQUES, 2015, apud SUGAHARA; RODRIGUES, 2019). Logo, percebe-se tentativas constantes de combinar os conceitos de Desenvolvimento e Sustentabilidade ora pela ONU, com o relatório Brundtland e sua conceituação vaga, ora pelo próprio mundo corporativo, por meio da Sustentabilidade Corporativa e dos Índices de Sustentabilidade. Assim, a preocupação principal, que antes era com o crescente consumo dos recursos naturais, passa para a questão da otimização do consumo destes recursos de forma individual (organizações, países). Embora sutil, essa questão é de extrema importância, pois não é adequado considerar que o Desenvolvimento Sustentável pode ser alcançado apenas por meio de melhorias em eficiência de processos nas organizações, sendo essencial avaliar se o capital natural total do Planeta está

em constante diminuição. Trata-se do triunfo do discurso da Sustentabilidade Fraca. A crítica de Mitcham (1995, apud SUGAHAR; RODRIGUES, 2019) quanto à ambivalência do conceito de Desenvolvimento, portanto, é mais importante do que nunca. Para o autor, a ideia de que a paz ou a boa sociedade seja igualada à ideia de desenvolvimento, é um equívoco, uma vez que, sem o complemento do adjetivo sustentável, este mina o que constrói, ataca a natureza e não a devida sensibilidade com diferentes culturas.

É no contexto de tal debate internacional que as ideias de Sen (2000) ganham força. As concepções deste autor se concentram na abordagem das capacitações, que compreende o desenvolvimento como um processo de ampliação das liberdades. A perspectiva do desenvolvimento como liberdade parte da constatação de que o mundo contemporâneo atingiu um alto grau de opulência, ao mesmo tempo em que ainda convive com antigos problemas, tais como: a persistência da pobreza, a violação das liberdades políticas, a fome, entre outros (SEN, 2000). Superar esses problemas, assim, é um aspecto central do processo de desenvolvimento, que passa a ser avaliado a partir da sua capacidade de eliminar as diversas privações vivenciadas pelos indivíduos. A ideia de privação é vista pelo autor como restrições que impossibilitam as pessoas de realizarem suas escolhas (SILVA; NELSON; SILVA, 2018).

Neste quadro, Curadi e Brandão (2018) apontam que os Programas de Desenvolvimento Regional possuem, de forma geral, duas variáveis-chave: desenvolvimento e território. Eles citam o Dicionário de Desenvolvimento Regional coordenado por Siedenberg (2006), afirmando que o conceito de desenvolvimento já foi compreendido apenas como crescimento econômico, como visto neste artigo, mas atualmente encontra-se em fase de transição para uma nova compreensão, menos objetiva e quantificável, e também menos ligada à conquista ou aquisições materiais. Nesta nova compreensão, ainda em elaboração no meio acadêmico, o conceito de desenvolvimento estaria mais ligado ao plano coletivo do que individual, abarcando também uma dimensão subjetiva e até mesmo “espiritual”. Assim, de acordo com o verbete escrito por Boiser (2006), para o citado Dicionário, o conceito de desenvolvimento estaria vinculado à autoconfiança coletiva, e isso em termos de “capacidade para inventar recursos, movimentar aqueles já existentes e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território” (BOISIER, 2006, p. 69). O outro conceito-chave, como já enunciado, é o de território. Este, por sua vez, deriva do conceito de espaço, na medida em que se pode recortá-lo em diversas camadas, alterando apenas sua unidade de análise e criando, dessa forma, diferentes territórios. Por exemplo, as nações são territórios delimitados por um desenho político. Quando se utiliza uma variável econômica, como uma cadeia produtiva, verifica-se que ela ultrapassará os contornos políticos antes definidos, formando um novo território, agora com um denominador econômico. Logicamente, a ação humana é a força delimitadora da formação dos territórios. Ainda recorrendo ao Dicionário de Desenvolvimento Regional, Dallabrida (2006), aponta que o conceito de território indica “uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito especial, sendo essa fração sempre apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos” (DALLABRIDA, 2006, p. 161). Importante frisar que em desenvolvimento regional as formas de criar ou delimitar os territórios considera as inúmeras especificidades regionais ou locais de determinada área. Ademais, há uma relação bastante íntima entre desenvolvimento e território. Ora, o desenvolvimento não ocorre por acaso. Ele é fruto, dentro de uma sociedade cada vez mais complexa, da ação política e social. A interação humana, nas suas diversas formas e escalas, em um determinado lapso temporal, promove mudanças. E a concretude da ação

humana, os efeitos dessas diversas interações materializam-se na produção do território. Assim, no limite, a tangibilidade do desenvolvimento é corporificada nos diversos espaços ocupados, isto é, em diferentes tipos de territórios (CURADI; BRANDÃO, 2018).

2.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Em 1965, o Ministério da Educação reconheceu os programas de pós-graduação como um novo nível de ensino e projetou as novas características da pós-graduação brasileira com a Reforma Universitária (Lei 5540/68), onde a pós-graduação ganhou novo fôlego no país. A reforma de 1968 introduziu muitos elementos extraídos das universidades de pesquisa norte-americanas, como a eliminação do sistema de cátedra e sua substituição por departamentos, adoção de sistemas de créditos que acabaram com os programas seriados e anuais, reconhecimento de instituições de pesquisa, e conferência de graus de mestrado e de doutorado pelos programas de pós-graduação (BRASIL, 1968).

Em decorrência do crescimento do número de universidades nos anos setenta, novos cursos e programas de pós-graduação foram criados, o que exigiu das instituições a contratação de professores em tempo integral. O aumento dessa demanda fez também com que professores que trabalhavam em tempo parcial passassem para o regime integral de trabalho, sem que necessariamente tivessem obtido titulação acadêmica mais elevada, como mestrado ou doutorado (SCHWARTZMAN, 2015).

Com o objetivo de aprimorar a qualidade dos programas de pós-graduação, a legislação passou a exigir das universidades públicas que contratassem e/ou promovessem na carreira somente os docentes com as qualificações necessárias. Ao mesmo tempo, as universidades foram incentivadas a criar e a expandir os cursos de pós-graduação. A qualidade dos programas de pós-graduação passou a ser avaliada pelo Conselho Federal de Educação e por um novo órgão do Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Desde então o processo de avaliação da pós-graduação vem se consolidando e se aperfeiçoando como parte inerente do sistema de pós-graduação.

Neste contexto, os Planos Nacionais de Educação (PNEs) são considerados importantes instrumentos para a definição de políticas educacionais e de metas a serem atingidas em períodos determinados de tempo no país. No caso da pós-graduação, em especial, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) mostraram-se fundamentais para a consolidação e o aprimoramento da estrutura desse nível de formação acadêmica.

Inúmeras conquistas e avanços ocorreram na pós-graduação brasileira desde o primeiro PNPG lançado em 1970 até a mais recente versão (PNPG 2010-2020). No entanto, tais planos negligenciaram ou colocaram pequena prioridade quanto ao acompanhamento dos egressos. Embora a CAPES, em diferentes gestões, tenha manifestado preocupação com o destino profissional dos egressos da pós-graduação no país, até esse momento, não existe uma política explícita com o objetivo de institucionalizar o acompanhamento sistemático dos titulados.

Essa lacuna contrasta com o crescente reconhecimento, por parte da literatura no campo de estudos sobre ensino superior, acerca da importância de se acompanhar a trajetória profissional de egressos de cursos de graduação e de pós-graduação e a contribuição dos programas na qualificação de docentes pesquisadores para atuar no ensino superior brasileiro.

Os estudos acadêmicos desenvolvidos nesse escopo (LORDÊLO; VERHINE, 2001; VELLOSO et al., 2004; ZAIDAN, 2011; CHARLES, 2020) são unânimes em considerar que o acompanhamento de egressos da pós-graduação *stricto sensu* pode contribuir não apenas para o aperfeiçoamento curricular, a formulação de estratégias e metas para a melhoria da qualidade dos programas, mas, especialmente, para torná-los mais eficientes em relação à inserção de seus titulados no mercado de trabalho.

2.3 ESTUDOS SOBRE EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO

Importante salientar que esse levantamento não corresponde a um mapeamento exaustivo sobre os estudos relativos aos egressos, sendo selecionados apenas aqueles pertinentes a esta pesquisa. Ao realizar o levantamento bibliográfico percebeu-se que o número de estudos nacionais que se interessam por egressos titulados dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda não abrangem todas as áreas do conhecimento, sendo mais presentes naqueles relacionados à Educação.

No estudo de Lordêlo e Verhine (2001), os autores buscaram determinar os benefícios econômicos dos investimentos individuais e sociais dos mestres e doutores egressos do PPG em Educação da Universidade Federal da Bahia que se tornaram professores universitários. Os resultados do estudo apontam que o retorno do investimento em estudos de pós-graduação foi determinado pela qualificação das habilidades profissionais que agregam novas oportunidades de promoção ou empregabilidade em instituições de ensino superior.

Relevante pesquisa foi realizada por Velloso et al. (2004) sobre o destino profissional de oito mil e setecentos mestres e doutores provenientes de quinze áreas do conhecimento de diferentes programas de pós-graduação oferecidos em universidades brasileiras. Dentre os principais resultados, no caso dos doutores, o destino profissional predominante foi à academia, onde 85% estavam vinculados com instituições de ensino superior e órgãos de pesquisa.

Ribeiro e Cunha (2004) por sua vez, trataram das motivações de professores no magistério superior, de diversas áreas do conhecimento, que realizaram mestrado e/ou doutorado. O estudo concluiu que a maioria dos titulados havia buscado a pós-graduação com o objetivo de aperfeiçoar a didática em sala de aula e/ou legitimar sua atuação como docente.

Estevam e Guimarães (2011) pesquisaram a trajetória acadêmica dos titulados do PPG em Educação Escolar da Faculdade de Educação de Uberlândia no período 2004-2009. Os resultados da pesquisa indicaram que a maioria atuava como docente em instituições públicas, que buscaram a pós-graduação para aumentar seus conhecimentos e competências e conseguiram ascender a cargos de gestão após a obtenção do título. Zaidan (2011) analisou os impactos do mestrado e do doutorado na vida profissional de egressos do PPG em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais no período 1977-2006. Os resultados mostram que os doutores se concentram em universidades e em instituições de pesquisa e consideram que a pós-graduação é um lugar de formação do pesquisador e de produção de conhecimento. A tese de doutorado de Oliveira (2014) analisou as contribuições e impactos decorrentes da formação na vida pessoal e profissional de mestres e doutores titulados pelo PPG em Educação da Unicamp. Quanto à melhoria nas condições de trabalho após a titulação, 77% dos egressos afirmaram ter obtido benefícios como o ingresso por concurso na carreira docente do ensino superior público ou ingresso na carreira docente no ensino privado.

O estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) publicado em 2016 representou um marco na descoberta das trajetórias dos egressos, trazendo dados sobre o emprego e a renda do universo de mestres e doutores titulados no Brasil entre 1996 e 2014. Gutiérrez *et al.* (2019) descreveram o perfil dos doutores egressos do PPG em Enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, sua atuação profissional e a opinião sobre o impacto produzido pelo curso. Os resultados mostraram que a maior parte dos egressos se encontra trabalhando em instituições federais e desenvolvendo pesquisas com alunos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. O trabalho de Charles (2020) teve como objetivo principal investigar a trajetória profissional dos egressos do doutorado do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus resultados apontaram que 83% dos egressos são docentes de ensino superior público e privado.

Em comum nestes estudos, destaca-se a empregabilidade dos doutores egressos em instituições de ensino superior e a continuidade das atividades de pesquisa, seja junto a instituições de ensino superior ou em órgãos de pesquisa.

3 METODOLOGIA

A coleta dos dados ocorreu entre fevereiro e março de 2021, por meio de pesquisa documental, que se justifica por selecionar, organizar, tratar e interpretar informações que se encontravam em estado bruto e dispersas. Buscou-se a relação de egressos listados na Plataforma Sucupira, entre 2000 e 2019, enquanto que os egressos do ano de 2020, não disponíveis na plataforma, foram buscados diretamente nos sites dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Para selecionar os programas buscou-se no portal da CAPES as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem cursos de doutorado recomendados e reconhecidos ligados à grande área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia, subárea Planejamento Urbano e Regional, sendo encontrados dezenove programas conforme exhibe o Quadro 1.

Quadro 1 – Instituições de ensino superior e programas de doutorado

IES	Programa de doutorado
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Desenvolvimento regional
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Gestão urbana
Universidade Cândido Mendes	Planejamento regional e gestão da cidade
Universidade Católica do Salvador	Território, ambiente e sociedade
Universidade da Amazônia	Desenvolvimento e meio ambiente urbano
Universidade de Santa Cruz do Sul	Desenvolvimento regional
Universidade do Contestado	Desenvolvimento regional
Universidade do Estado de Santa Catarina	Planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental
Universidade do Vale do Paraíba	Planejamento urbano e regional
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Desenvolvimento regional e agronegócio
Universidade Federal de Pernambuco	Desenvolvimento urbano
Universidade Federal do ABC	Planejamento e gestão do território
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Planejamento urbano e regional

Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Estudos urbanos e regionais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Planejamento urbano e regional
Universidade Regional de Blumenau	Desenvolvimento regional
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Desenvolvimento regional
Universidade Salvador	Desenvolvimento regional e urbano
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Desenvolvimento regional

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa.

Foram excluídos os programas que não possuem em seu nome a nomenclatura “Desenvolvimento regional”, restando oito programas que podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Programas de doutorado em desenvolvimento regional

IES	Programa
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Desenvolvimento regional
Universidade de Santa Cruz do Sul	Desenvolvimento regional
Universidade do Contestado	Desenvolvimento regional
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Desenvolvimento regional e agronegócio
Universidade Regional de Blumenau	Desenvolvimento regional
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Desenvolvimento regional
Universidade Salvador	Desenvolvimento regional e urbano
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Desenvolvimento regional

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa.

Tanto na Plataforma Sucupira como nos sites não foi possível localizar teses de egressos defendidas na Universidade do Contestado e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, possivelmente devido ao recente início de suas turmas de doutorado, 2021 e 2018, respectivamente. Assim, duzentos e setenta e uma teses defendidas foram identificadas em seis programas.

Para coletar informações do perfil, inserção profissional e produtividade científica dos egressos, foi realizada busca nominal na Plataforma Lattes dos autores das duzentas e setenta e uma teses, constatou-se que nove não possuem currículo cadastrado, sendo possível coletar dados de duzentos e sessenta e dois egressos, onde duzentos e um currículos estavam atualizados a menos de doze meses. Os currículos foram salvos no formato *eXtensible Markup Language* e exportados para o *software* Coletaprod[®] para a extração de informações como gênero, nacionalidade, formação (graduação, mestrado e pós-doutorado), vínculo e endereço profissional e produção científica. O Coletaprod[®] é um *software* livre desenvolvido e utilizado pela Universidade Federal de São Paulo para acompanhamento da produção e extração de informações do quadro docente da instituição.

Os dados extraídos foram armazenados e tabulados em planilha eletrônica, sua descrição e análise foram realizadas, sobretudo, pela estatística descritiva. A análise de frequência, em percentuais, também foi utilizada, pois possibilita a comparação e evita que os números absolutos gerem interpretações errôneas.

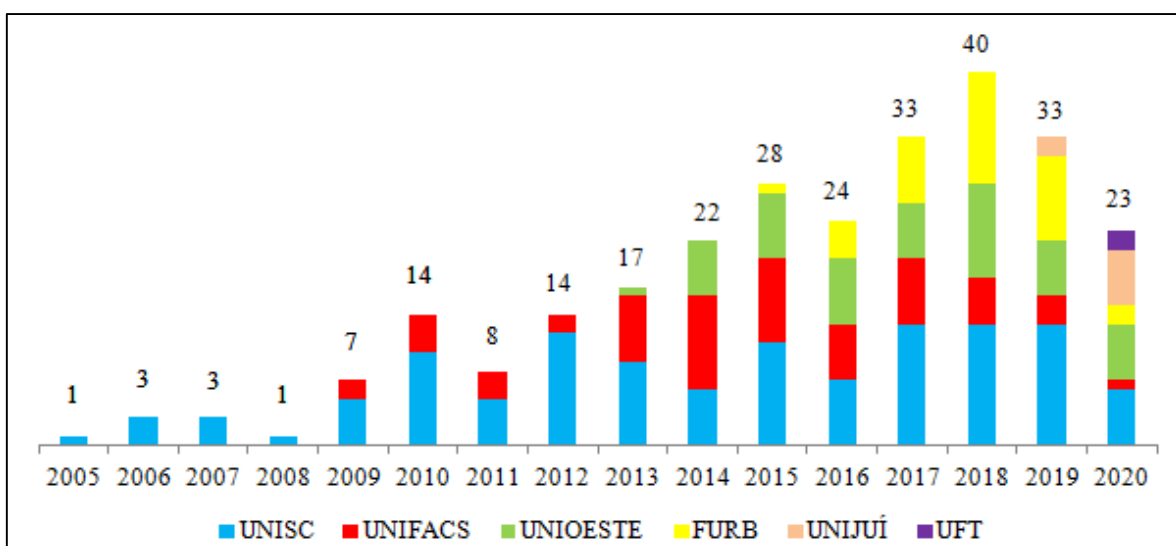
4 ANÁLISE E RESULTADOS

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a análise descritiva dos dados, fundamentalmente relacionados a evolução temporal dos egressos, perfil, inserção profissional e contribuição científica.

4.1 EVOLUÇÃO TEMPORAL

Observando a Figura 1, percebe-se que a primeira defesa de teses ocorreu no ano de 2005 na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), quatro anos após ocorreu à primeira defesa na Universidade de Salvador (UNIFACS), sendo essas IES as únicas formadoras de doutores em Desenvolvimento Regional até o ano de 2012. Em 2013 a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) teve sua primeira defesa de tese e a Universidade Regional de Blumenau (FURB) em 2015. Uniram-se a este seleto grupo, em 2019 a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) e a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2020.

Figura 1 – Evolução temporal das teses defendidas nos PPGs de desenvolvimento regional



Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa.

Analisar a evolução ao longo do tempo é importante para avaliação das atividades de produção e comunicação científica, demonstrando o fortalecimento ou o aumento do interesse por um determinado campo de estudo. Nesse aspecto, o crescimento do número de programas e do número de titulados desde 2005, formando duzentos e setenta e um doutores, demonstra fortalecimento e aumento de interesse por esse campo do conhecimento.

4.2 PERFIL DOS EGRESSOS

Em relação ao gênero utilizou-se o critério onomástico, ou seja, o gênero foi contabilizado conforme o nome registrado nos Currículos Lattes para verificar a presença de termos como “graduada”, “professor”, “coordenadora”, etc. Ressalta-se que foram usados os

termos “homem” e “mulher” para se referir ao gênero masculino e ao gênero feminino, tendo em vista a impossibilidade de confirmar outras identidades de gênero. Desta forma, os dados coletados mostraram que 52,77% pertencem ao gênero masculino, 43,91% ao gênero feminino.

No que concerne ao país de nascimento, duzentos e cinquenta e quatro (93,73%) nasceram no Brasil, dois na Argentina, um na Alemanha, El Salvador, Guiné Bissau, Moçambique, Panamá e Peru e nove não identificados por ausência de currículo na Plataforma Lattes.

Quanto à procedência dos duzentos e sessenta e dois egressos, em termos de cursos de graduação, identificou-se que alguns possuem mais de uma graduação, totalizando trezentas graduações. Onde, 30,33% são graduados em Administração, 18,33% em Ciências Econômicas, 10,67% em Ciências Contábeis, 8,67% em Direito, 3,33% em Pedagogia, Turismo e História, 2,00% em Ciências sociais e Comunicação Social, 1,33% em Matemática e Agronomia, 1,00% em Teologia e 14,33% em outras.

Em relação à procedência, em termos de cursos de mestrado, observou-se que quatorze egressos possuem dois mestrados, totalizando duzentos e setenta e seis. Destes, 42,39% concluíram mestrado em Desenvolvimento, sendo Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Desenvolvimento Regional e Urbano os mais presentes. Em seguida, verificou-se que 9,78% concluíram mestrado em Administração, 7,25% em Economia, 5,80% em Engenharia, cabe destacar o curso de Engenharia da Produção como o mais frequente. Na sequência, concluíram mestrado em Educação 5,07%, em Gestão 4,35%, em Direito 3,62%, em História 2,54%, em Agronegócio e Contabilidade 1,81%, em Turismo e Ciências Sociais 1,45% e, 12,68% concluíram outros mestrados.

No que se refere à procedência, em termos de IES onde concluíram a graduação e o mestrado, a Tabela 1 mostra que o conjunto de graduações foi concluído em cem diferentes IES, enquanto que o conjunto de mestrados em sessenta e três. Onde, 50% das graduações e 57,25% dos mestrados estão concentrados em vinte e quatro IES.

Tabela 1 – IES de origem dos egressos quanto a graduação e mestrado

Graduação			Mestrado		
	N	%		N	%
Univ. Federal de Santa Maria	19	6,33	Univ. de Santa Cruz do Sul	36	13,04
Univ. Estadual do Oeste do Paraná	15	5,00	Univ. Salvador	24	8,70
Univ. Reg. do Noroeste do R. G. do Sul	14	4,67	Fundação Univ. Regional de Blumenau	20	7,25
Univ. de Santa Cruz do Sul	14	4,67	Univ. Estadual do Oeste do Paraná	15	5,43
Univ. Estadual de Feira de Santana	12	4,00	Univ. Federal de Santa Maria	13	4,71
Univ. Salvador	12	4,00	Univ. Federal de Santa Catarina	9	3,26
Fundação Univ. Regional de Blumenau	11	3,67	Univ. Federal do Rio Grande do Sul	9	3,26
Univ. Federal da Bahia	10	3,33	Univ. Federal da Bahia	8	2,90
Univ. Católica do Salvador	8	2,67	Univ. Federal do Paraná	8	2,90
Univ. Reg. Integ. do Alto Uruguai e Missões	8	2,67	Univ. de Brasília	3	1,09
Centro Universitário Leonardo da Vinci	5	1,67	Univ. de Caxias do Sul	3	1,09
Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul	5	1,67	Univ. Estadual de Londrina	2	0,72
Univ. do Vale do Rio dos Sinos	5	1,67	Univ. Estadual de Ponta Grossa	2	0,72
Centro Universitário Internacional	4	1,33	Univ. Federal da Grande Dourados	2	0,72
Univ. Estadual de Maringá	4	1,33	Univ. Federal da Paraíba	2	0,72

Univ. Federal do Rio Grande do Sul	4	1,33	Univ. Federal de Mato Grosso	2	0,72
Outras (84)	150	50,00	Outras (63)	118	42,75
Total	300	100	Total	276	100

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2022).

No tocante ao perfil dos egressos, observou-se maior presença do gênero masculino, nascidos em solo brasileiro, graduados, predominantemente em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia, mestres, em sua maioria, em Desenvolvimento, Administração, Economia, Engenharia e Educação, onde 50% e 57,25% são provenientes de vinte e quatro IES, respectivamente. Embora as precedências nominadas representem 71,33% das graduações e 70,29% dos mestrados, percebe-se pluralidade de formação nos demais egressos. Por fim, computou-se que vinte nove egressos cursaram ou estão cursando pós-doutorado no momento da coleta de dados dessa pesquisa.

4.3 INSERÇÃO PROFISSIONAL

O aproveitamento da contribuição potencial dos profissionais com os mais altos níveis de formação depende de sua adequada inserção no mercado de trabalho. Procurando elucidar essa informação, buscou-se nos Currículos Lattes o vínculo laboral formal ativo e o endereço profissional (município) onde está sendo exercido. Dos duzentos e sessenta e dois currículos da base de dados, cinquenta e nove não informam vínculo laboral formal ativo e dois não exercem atividades laborais em solo brasileiro, sendo um em Moçambique e outro na Costa Rica. Assim, foram analisados duzentos e um currículos de egressos que exercem atividades laborais formais em solo brasileiro, ou seja, 74,17% do total de titulados.

Os endereços profissionais se distribuem em setenta e oito municípios brasileiros, sendo que cento e sessenta e um egressos exercem atividades laborais em municípios do interior e quarenta em capitais (Salvador, Palmas, Curitiba, Porto Alegre, Porto Velho, Cuiabá, Aracaju, Brasília, Campo Grande, Manaus, Rio Branco, São Luís e Teresina – em ordem decrescente). Os municípios com o maior quantitativo de egressos exercendo atividades laborais, em ordem decrescente, são: Santa Cruz do Sul/RS, Salvador/BA, Feira de Santana/BA, Blumenau/SC, Toledo/PR, Santa Maria/RS, Cascavel/PR, Palmas/TO, Ijuí/RS, Cerro Largo/RS e Chapecó/SC. Importante destacar que alguns desses municípios são sede de programas de doutorado em Desenvolvimento Regional.

A partir da identificação dos municípios foi possível ampliar a análise para os Estados e regiões geográficas do Brasil, conforme exibe a Tabela 2. Nela se observa que as regiões Sul (47,2%) e Nordeste (16,9%) possuem o maior quantitativo de egressos exercendo atividades laborais, enquanto que as regiões Norte, Centro-oeste e Sudeste somam 9,9%. Ressalta-se a presença de somente três egressos na região Sudeste, sendo que nesta região se encontram o maior número de doutores e IES do Brasil, conforme CGEE (2016).

Tabela 2 – Endereço profissional dos egressos por região e Estados

		Região								
		Sul	Nordeste			Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Outros*	Total
N		128	46			13	11	3	70	271
%		47,2	16,9			4,8	4,0	1,1	25,8	100

		Estados																			
		RS	PR	SC	BA	MA	SE	PI	PE	RO	TO	AM	AC	MT	MS	DF	GO	MG	SP	Outros*	Total
N		68	35	25	38	4	2	1	1	5	5	2	1	5	4	1	1	2	1	70	271
%		25,1	12,9	9,2	14,0	1,5	0,7	0,4	0,4	1,8	1,8	0,7	0,4	1,8	1,5	0,4	0,4	0,7	0,4	25,8	100

*59 sem vínculo ativo, 9 sem C. Lattes cadastrado e 2 atuando em outros países

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2023).

Verifica-se que 61,2% dos egressos desempenham atividades laborais em quatro Estados, sendo 25,1% no RS, 14,0% na BA, 12,9% no PR e 9,2% em SC. A concentração nos Estados do RS e BA, que juntos absorvem 39,1%, possivelmente, possa ser explicada pelo fato de que os programas mais antigos (Universidade de Santa Cruz do Sul e Universidade Salvador) em Desenvolvimento Regional estão situados nesses Estados.

Quanto à inserção profissional descrita na Tabela 3, se observa que duzentos e um egressos exercem atividade laboral em noventa e seis diferentes organizações. Sendo um vínculo com órgão não governamental (ONG), oitenta e cinco vínculos com entidades privadas e cento e quinze vínculos com entidades públicas. No que concerne ao setor público, um currículo informa vínculo municipal, quarenta vínculos estaduais e setenta e quatro vínculos federais.

Tabela 3 – Inserção profissional dos egressos

Egressos	N	%
Titulados	271	100,00
Currículo Lattes não cadastrados	9	3,32
Currículo Lattes cadastrados	262	96,68
Sem vínculo laboral formal ativo	59	21,77
Com vínculo laboral formal ativo*	203	74,91
Vínculo laboral formal ativo no exterior	2	0,74
Vínculo laboral formal ativo no Brasil	201	74,17
<i>Vínculo laboral formal ativo com setor privado</i>	85	31,37
IES	70	25,83
Outros	15	5,54
<i>Vínculo laboral formal ativo com setor público</i>	115	42,44
IES	108	39,85
Outros	7	2,58
<i>Vínculo formal ativo com ONG</i>	1	0,37

*Data de início da atividade informada no Curriculum Lattes sem informar a data de término.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2023).

Verificou-se que cento e setenta e oito egressos, ou 65,68%, exercem atividades laborais em setenta e quatro diferentes IES, onde 39,85% atuam no ensino público e 25,83% no ensino

privado. Dentre os currículos que não informam vínculo com IES, destaca-se a atuação pública na área da segurança, secretarias de fazenda e estatais federais. Enquanto que na atuação privada, estão escritórios de advocacia e perícia, cooperativas e empresas em geral.

O percentual encontrado de egressos atuando em IES é inferior as pesquisas de Velloso et al. (2004), que identificou que 85% dos oito mil e setecentos egressos de diferentes áreas atuavam no IES e de Charles (2020), onde 83% dos doutores egressos de Psicologia são docentes no ensino superior. No entanto, o estudo de Velloso et al. (2004) foi realizado a quase duas décadas e o estudo de Charles (2020), embora recente, aborda outra área do conhecimento.

A Tabela 4 a seguir exhibe as principais IES responsáveis por absorver os doutores em Desenvolvimento Regional, onde doze IES empregam 50% dos egressos que informam vínculo laboral ativo com IES.

Tabela 4 – IES onde os egressos desempenham atividades profissionais

IES	N	%	% acumulado
Universidade de Santa Cruz do Sul	16	8,99	8,99
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	14	7,87	16,85
Universidade Estadual de Feira de Santana	9	5,06	21,91
Universidade Federal de Santa Maria	9	5,06	26,97
Fundação Universidade Regional de Blumenau	7	3,93	30,90
Universidade do Estado da Bahia	7	3,93	34,83
Universidade Federal da Fronteira Sul	6	3,37	38,20
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	5	2,81	41,01
Universidade Federal de Rondônia	4	2,25	43,26
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	4	2,25	45,51
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	4	2,25	47,75
Universidade Federal do Paraná	4	2,25	50,00
Outras	89	50,00	100,00
Total	178	100,00	

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2023).

Em relação à inserção profissional dos egressos, em termos de localização geográfica, notou-se a concentração em onze municípios, quatro Estados (RS, BA, PR e SC) e duas regiões (Sul e Nordeste) brasileiras. Quanto à inserção profissional, a maioria atua no setor público, principalmente em IES estaduais e federais. De forma geral, 74,1% dos egressos informam vínculo laboral ativo no país, presumindo-se que estejam formalmente trabalhando. Esse resultado vai ao encontro da pesquisa realizada pela CGEE (2016), onde 75,5% dos doutores estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho no ano de 2014, mas inferior ao resultado encontrado pela mesma pesquisa, quando aborda a grande área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, com 81,1% inseridos profissionalmente.

4.4 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

Partindo do pressuposto que programas *stricto sensu* em nível de doutorado formam pesquisadores, ampliou-se a análise para a contribuição científica, seja como autor ou coautor,

de trabalhos publicados em eventos científicos, artigos publicados em periódicos científicos, capítulos de livros e livros publicados ou organizados pelos duzentos e sessenta e dois egressos.

O conjunto de egressos foi responsável pela produção de 6.256 trabalhos em eventos científicos, 3.013 artigos em periódicos, 1.450 capítulos de livros e 575 livros publicados ou organizados, entre 1977 e a data da coleta de dados, conforme exibe a Tabela 5. Importante destacar que as primeiras publicações são do ano de 1977, o que demonstra envolvimento com atividades de pesquisa por parte de alguns egressos, antes mesmo de ingressarem em cursos de mestrado e doutorado.

Tabela 5 – Contribuição científica dos egressos por período e idioma

	Trabalhos em eventos		Artigos publicados em periódicos		Capítulos de Livros		Livros publicados ou organizados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Período										
1977 – 2000	185	2,96	85	2,82	19	1,31	31	5,39	320	2,83
2001 – 2005	778	12,44	244	8,10	60	4,14	67	11,65	1.149	10,17
2006 – 2010	1.172	18,73	320	10,62	198	13,66	81	14,08	1.771	15,68
2011 – 2015	2.233	35,69	946	31,40	437	30,14	156	27,13	3.772	33,40
2016 – 2021	1.888	30,18	1.418	47,06	736	50,76	240	41,73	4.282	37,91
Total	6.256	100,00	3.013	100,00	1.450	100,00	575	100	11.294	100,00
Idioma										
Português	6.170	98,63	2.872	95,32	1.422	98,07	570	99,13	11.034	97,70
Inglês	41	0,66	99	3,29	8	0,55		0,00	148	1,31
Espanhol	43	0,69	42	1,39	20	1,38	4	0,70	109	0,97
Outros	2	0,03		0,00		0,00	1	0,17	3	0,03
Total	6.256	100,00	3.013	100,00	1.450	100,00	575	100	11.294	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2022).

Ao que se percebe, a cada período analisado, todos os grupos de produção científica tiveram crescimento, exceto os trabalhos em eventos que reduziram no período mais recente. Ao olhar o conjunto de publicações, observa-se que os últimos dez anos concentram o maior quantitativo de publicações, onde 65,87% dos trabalhos em eventos, 78,46% dos artigos publicados em periódicos, 80,90% dos capítulos de livros e 68,86% dos livros publicados ou organizados, foram publicados.

Uma possível justificativa para a redução dos trabalhos em eventos no período 2016 a 2021, pode ser o fato de que os órgãos avaliativos da pós-graduação no Brasil passaram a atribuir menor conceito para este tipo de publicação neste período. Enquanto que o crescimento de publicações após o ano 2010 pode decorrer do fato de que seis programas de doutorando em Desenvolvimento Regional iniciaram suas atividades entre 2010 e 2021.

Também é pertinente observar o idioma no qual o as publicações alcançaram seu público leitor. Guimarães e Machado-da-Silva (2004) observam que o principal motivo para se publicar na língua inglesa é a necessidade cada vez maior de levar o trabalho científico a um público mais amplo, o que inevitavelmente significa levá-lo a países onde o português não é a língua dominante. Com base nisso, se assume que o uso da língua inglesa, é um dos requisitos para a internacionalização do conhecimento produzido pelos doutores em Desenvolvimento Regional.

Nesta seara, percebe-se na tabela anterior a predominância quase absoluta do idioma português, com (97,70%), seguido pelo idioma inglês (1,31%) e pelo idioma espanhol (0,97%) em todos os tipos de publicações. O maior percentual de publicações não realizadas em idioma português ocorreu nos artigos publicados em periódicos, onde 3,29% foram no idioma inglês. Ao que parece, este ainda é um aspecto no qual os em egressos em Desenvolvimento Regional ainda possuem um longo caminho a percorrer no processo de internacionalização dos seus achados científicos.

Analisou-se também o conjunto de publicações por grande área do conhecimento conforme exibe a Tabela 6. Onde se destaca as Ciências Sociais Aplicadas (34,74%), seguida por Ciências Humanas (12,05%) e por Ciências da Saúde (4,43%) das publicações. Embora 46,14% dos trabalhos não tenham informado a grande área do conhecimento, se percebe pequeno deslocamento disciplinar, ou seja, grande parte dos titulados são egressos de cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas, titularam-se nesta mesma área e nela continuam publicando.

Tabela 6 – Contribuição científica dos egressos por grande área do conhecimento

	Trabalhos em eventos		Artigos Publicados em periódicos		Capítulos de livros		Livros publicados ou organizados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ciências Sociais Aplicadas	2.003	32,02	1.174	38,96	535	36,90	212	36,87	3.924	34,74
Ciências Humanas	630	10,07	373	12,38	232	16,00	126	21,91	1.361	12,05
Ciências da Saúde	363	5,80	104	3,45	33	2,28	12	2,09	512	4,53
Engenharias	102	1,63	27	0,90	25	1,72	11	1,91	165	1,46
Ciências Agrárias	29	0,46	16	0,53	8	0,55	2	0,35	55	0,49
Ciências Exatas e da Terra	24	0,38	8	0,27	1	0,07	5	0,87	38	0,34
Ciências Biológicas	15	0,24	7	0,23	2	0,14	4	0,70	28	0,25
Não informado	3.090	49,39	1.304	43,28	614	42,34	203	35,30	5.211	46,14
Total	6.256	100,00	3.013	100,00	1.450	100,00	575	100,00	11.294	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na pesquisa (2022).

Os resultados da pesquisa mostram predominância de pessoas do gênero masculino, nascidas em solo brasileiro, graduados em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito e de mestres em Desenvolvimento, Administração, Economia e Engenharia. Em relação à inserção profissional, 74,9% informaram vínculo profissional ativo e 65,6% com IES. Considerando o número de titulados, a contribuição científica e a inserção em IES, compreende-se que os programas colaboraram substancialmente nesses quinze anos ao formar docentes pesquisadores para atuar do ensino superior brasileiro, contribuindo sem dúvida, para o desenvolvimento regional de diversas cidades, Estados e regiões brasileiras, em menor ou maior proporção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a primeira defesa de tese em 2005 até o ano de 2020 passaram-se quinze anos, grande parte desse período corresponde a uma fase de crescimento da pós-graduação no Brasil. Presenciou-se o crescimento do número cursos/programas de doutorado, do número de estudantes e, conseqüentemente, do número de titulados. Esse processo não ocorreu de maneira desconectada, mas foi parte de um movimento de expansão de todo o sistema de ensino superior nas últimas décadas. As ações implementadas pelo Governo Federal, direcionadas para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, resultaram em um significativo aumento do número de instituições, *campus*, cursos e matrículas que, de diferentes formas, impactou no mercado acadêmico nacional, ampliando também a oferta de postos de trabalho e a absorção de egressos.

É nesse cenário de ampliação do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado em Desenvolvimento Regional e de sua consolidação no país que emergiu o interesse de conhecer o perfil, a inserção profissional e a contribuição dos programas na formação de docentes pesquisadores para atuar em instituições de ensino superior brasileiras. Diversos estudos nacionais e internacionais foram realizados em diferentes áreas do conhecimento, mas até esse momento, não havia sido realizado no campo do Desenvolvimento Regional e, dessa forma, procurou-se suprir tal lacuna acadêmica.

Embora a maior parte dos egressos sejam bastante produtivos e estejam inseridos profissionalmente, encontrou-se dados, de certa forma intrigantes, como a ausência de egressos cadastrados na Plataforma Lattes e currículo não atualizados nos últimos doze meses. Provavelmente, esses egressos, que perfazem aproximadamente 25% do total de doutores titulados, não estejam desenvolvendo atividades de pesquisa. Além disso, cinquenta e nove egressos não informam vínculo laboral ativo, parece ser um número absoluto pequeno, mas relativamente expressivo (21,77%) quando observado com relação ao número total de titulados. Em outras palavras, pode ser preocupante para o futuro do campo ao não contar com a participação de 1/4 dos egressos na produção do conhecimento científico e ter 1/5 não desempenhando atividades laborais. Obviamente, devem existir egressos falecidos e aposentados nesse grupo.

Para finalizar, pode-se dizer que as contribuições deste estudo são de duas ordens. A primeira, diz respeito à possibilidade de identificar o perfil dos egressos e sua inserção no mercado de trabalho, dimensionando com clareza a importância da titulação obtida, tanto para o egresso como para a sociedade. A segunda se refere ao fato de que ela preenche uma lacuna no campo de estudos sobre o acompanhamento de egressos da pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Como limitações ao trabalho pode-se apontar o enfoque fundamentalmente quantitativo e o fato de não se poder contar com a base de dados atualizada para o ano de 2020 na Plataforma Sucupira. Contudo, a decisão tomada de buscar dados nos sites dos programas teve como objetivo ampliar a amostra, e não o contrário. Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação de entrevistas com os egressos que não estão com currículos atualizados e desempenhando atividades profissionais, afim de identificar os possíveis motivadores.

REFERÊNCIAS

- BALBACHEVSKY, E. The Academic Market in Latin America: Challenges and Opportunities for Early Career Scholars. In: **Achieving Academic Promotion**. Emerald Publishing Limited, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/978-1-78756-899-020191010>.
- BIN, A. et al. The ‘added value’ of researchers: The impact of doctorate holders on economic development. In: **The Science and Technology Labor Force**. Springer, Cham, 2016. p. 317-339. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-27210-8_14.
- BOISIER, S. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter R. (coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 69.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao). Acesso em: 10 maio 2021.
- CAPES. **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas**: dados estatísticos. Brasília, 2017. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- CASEY, B. H. The economic contribution of PhDs. **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 31, n. 3, p. 219-227, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/13600800902974294>.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICO. **Mestres e doutores 2015**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasil, CGEE, 2016.
- CHARLES, L. F. Jr. **Formação acadêmica e mercado de trabalho**: destinos profissionais de doutores em Psicologia. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34604/1/Impressao_Dissertacao%20Laurent%2004%2011%2020_com_ficha_folhadero.sto.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.
- CONNOR, H.; BROWN, R. **Value of graduates**: employers’ perspective. London: The Council for Industry and Higher Education (CIHE), 2009.
- CURADI, F. C.; BRANDÃO, L. Desenvolvimento Regional e Imprensa: estado da arte e perspectivas teóricas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 299-313, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.46.299-313>.
- DALLABRIDA, V. R. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 161-162
- ESTEVAM, H. M.; GUIMARÃES, S. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação *stricto sensu* em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador

(2004-2009). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, p. 703-730, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/mQ3RZjtH5gdGTyqjCvPQwGN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

GUIMARÃES, T. A.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Editorial. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 1, n. 1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-76922004000100001>.

GUTIÉRREZ, M. G. R.; BARROS, A. L. B. L.; BARBIERI, M. Seguimento de doutores egressos de um programa de pós-graduação em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, p. 129-138, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900019>.

LORDÉLO, J. A. C.; VERHINE, R. E. O retorno do investimento em mestrado e doutorado para professores universitários: uma avaliação econômica da educação pós-graduada. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 24, p. 165-186, 2001. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae02420012205>.

MURAKAMI, T. R. M.; LARA, J. L. **Coletaprod**, 2020. Doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.2536097>.

OLIVEIRA, L. R. **Contribuições do programa de pós-graduação em educação da UNICAMP para a trajetória profissional de mestres e doutores: percepções de egressos titulados**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=457346>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RIBEIRO, M. L.; CUNHA, M. I. Trajetórias da docência universitária em um programa de pós-graduação em Saúde Coletiva. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, p. 52-68, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/pMNXSmwgCVZ7V3N4x9MLDwm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2021.

ROBELO, O.; TIRADO, C. Un estudio sobre la trayectoria escolar de los estudiantes de doctorado en Pedagogía. **Perfiles educativos**, v. 33, n. 131, p. 94-113, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/peredu/v33n131/v33n131a7.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para as ciências: a formação da comunidade científica no Brasil**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SIEDENBERG, D. R. (coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 42-71, 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5827/5651>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SUGAHARA, C. R.; RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75261084003>. Acesso em: 23 jun. 2022.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670/pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, p. 583-611, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/fYVSkbMdbhqDTGblH5P8YBq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ZAIDAN, S. et al. Pós-Graduação, saberes e formação docente: uma análise das repercussões dos cursos de mestrado e doutorado na prática pedagógica de egressos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG (1977-2006). **Educação em Revista**, v. 27, p. 129-160, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wtPRkfzLn8sDF9J7pHXKrYn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.